


BOLETIM MENSAL N° 32

Frente Parlamentar da Saúde Mental

Março de 2026



Na edição de março do Boletim da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental, reunimos os principais debates, articulações institucionais e movimentações legislativas que marcaram a agenda da saúde mental no período. O destaque desta edição é o avanço de propostas relacionadas à internação de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas, tema que reacende alertas sobre possíveis retrocessos na política de cuidado em liberdade. O boletim também traz atualizações sobre a articulação com os Ministérios da Educação e Saúde para a regulamentação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, participação na Reunião da Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM), ações do governo federal e o monitoramento de projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Avanço de propostas sobre internação de crianças e adolescentes acende alerta para retrocesso na saúde mental

O debate sobre a internação de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas voltou ao centro da agenda pública e legislativa, reacendendo uma disputa sobre os rumos da política de saúde mental no Brasil. A edição da Resolução nº 249, de 10 de julho de 2024, do CONANDA, que veda o acolhimento desse público nessas instituições, motivou a apresentação de projetos de lei e decretos legislativos que buscam ampliar hipóteses de internação ou suspender seus efeitos. Em jogo, está em disputa qual modelo deve prevalecer: um baseado na proteção integral e no cuidado em liberdade, ou outro centrado na institucionalização como resposta às vulnerabilidades.

A Nota Técnica nº 01/2026 - Internação de Crianças e Adolescentes em Comunidades Terapêuticas, elaborada pela FPSM, aponta que algumas proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que buscam ampliar a internação, especialmente em regime involuntário ou por decisão familiar, contrariam marcos legais consolidados, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei da Reforma Psiquiátrica. Esses dispositivos estabelecem que a internação deve ser **medida excepcional**, utilizada apenas quando os recursos comunitários se mostram insuficientes e sempre com garantias de direitos. Além disso, relatórios recentes de fiscalização e posicionamentos de órgãos públicos têm reforçado os alertas sobre os riscos associados às comunidades terapêuticas. Inspeções nacionais divulgadas em 2025 identificaram violações sistemáticas de direitos humanos, enquanto órgãos de controle e conselhos nacionais vêm apontando problemas como isolamento institucional, fragilidade de supervisão, maus-tratos e incompatibilidades com o modelo de cuidado em liberdade previsto na política nacional de saúde mental.

Diante desse cenário, a nota técnica elaborada pela FPSM, destaca a importância de fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e as políticas territoriais de cuidado. Mais do que uma disputa normativa, trata-se de uma decisão com impactos diretos sobre o desenvolvimento, a dignidade e o futuro de crianças e adolescentes. A escolha entre ampliar a institucionalização ou consolidar o cuidado em liberdade definirá não apenas o modelo de atenção, mas o compromisso do país com os princípios da proteção integral e dos direitos humanos.

transparência e informação
Fique por dentro das
nossas ações pelo site e
pelo Instagram

Para haver possibilidade de participação e controle social, a transparência e o acesso à informação são imprescindíveis.

Pensando nisso, conheça o site.

acesse

[@frentedasaudemental](#)

frentedasaudemental.com.br



aconteceu no congresso

PL n°
4995/2024

Adolescentes

Designado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), o **Deputado Allan Garcês (PP-MA)**, como relator do Projeto de Lei n° 4995/2024, que altera a Lei n° 13.819, de 26 de abril de 2019, para incluir ações voltadas à promoção da saúde mental de adolescentes, por meio da criação de espaços comunitários seguros, intervenções digitais, apoio aos cuidadores, capacitação de profissionais e monitoramento intersetorial.

[ACESSE A PROPOSTA](#)

PL n°
859/2026

Programa Permanente de Incentivo à Saúde Mental

Protocolado pelo **Deputado Pedro Aihara (PRD-MG)**, o Projeto de Lei n° 859/2026 que institui o Programa Permanente de Incentivo à Saúde Mental, voltado à prevenção da depressão, ansiedade, suicídio e automutilação, e dá outras providências.

[ACESSE A PROPOSTA](#)

PL n°
920/2026

Violência doméstica

Protocolado pelo **Deputado Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG)**, o Projeto de Lei n° 920/2026 que institui o Programa Nacional de Saúde Mental Preventiva e Atendimento Psicossocial Prioritário para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (PRONASM), e dá outras providências.

[ACESSE A PROPOSTA](#)



aconteceu no congresso

PL n°
1069/2026

Jovens e adolescentes

Protocolado pelo **Deputado Ribeiro Neto (PRD-MA)**, o Projeto de Lei n° 1069/2026 que institui o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde Mental de Jovens (PNAISMJ) e estabelece diretrizes para a prevenção, identificação e acompanhamento de transtornos mentais entre adolescentes e jovens no âmbito do SUS e da rede pública de ensino.

[ACESSE A PROPOSTA](#)

REQ n°
1732/2026

25 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica

Apresentado pelo **Deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ)**, o REQ n° 1732/2026, para a realização de Sessão Solene em homenagem aos 25 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei n° 10.216/2001).

[ACESSE A PROPOSTA](#)

REQ n°
35/2026

Financiamento da RAPS

Apresentado pela **Deputada Érika Kokay (PT-DF)**, o REQ n° 35/2026 para a realização de audiência pública para debater o financiamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do SUS.

[ACESSE A PROPOSTA](#)



aconteceu no congresso

REQ n°
1456/2026

Sessão Solene

Apresentado pela **Deputada Érika Kokay (PT-DF)**, o REQ n° 1456/2026 para a realização de Sessão Solene alusiva ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, no dia 18 de maio de 2026, no Plenário da Câmara.

[ACESSE A PROPOSTA](#)

PL n°
1273/2026

Saúde mental no Serviço Público

Protocolado pelo **Deputado Marcos Tavares (PDT-RJ)**, o Projeto de Lei n° 1273/2026, que Institui o Programa Nacional de Promoção da Saúde Emocional e Resiliência no Serviço Público e estabelece diretrizes para sua implementação e integração às políticas de saúde ocupacional dos servidores públicos federais, inclusive capacitação continuada em inteligência emocional, estratégias de prevenção e mitigação do estresse ocupacional, promoção de bem-estar biopsicossocial e mecanismos institucionais de apoio, e dá outras providências.

[ACESSE A PROPOSTA](#)

a frente por aí

Reunião da Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM)



No dia 5 de março de 2026, ocorreu em Brasília, a 2ª Reunião Presencial da Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM), do Conselho Nacional de Saúde, com foco no debate sobre comunidades terapêuticas, incluindo o panorama legislativo e os achados de inspeções nacionais. A Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental (FPSM) participou do encontro, representada pelo Secretário Executivo, Filipe Asth. Como convidados externos, Filipe Asth (FPSM) e Carolina Barreto Lemos (MNPCT) apresentaram suas frentes de atuação e contribuíram com o debate técnico sobre fiscalização, direitos humanos e incidência legislativa no tema. Participaram ainda atores estratégicos do campo da saúde mental, como Paulo Amarante (ABRASME), Karime da Fonseca e Adriane Wollmann (DESMAD/MS), Flávio Alvarez (Conasems), Claudia Braga (Grupo Estratégico da OMS sobre Saúde Mental), Shirlene Queiroz (Fenapsi) e Maria Leitão, assessora do Dep. Distrital Gabriel Magno (PT-DF), entre outros.

Reunião interministerial para implementação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares

No dia 10 de março, foi realizada, na Câmara dos Deputados, uma reunião interministerial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, articulada pela Frente , sob a condução do Deputado Pedro Campos, presidente da Frente. O encontro teve como objetivo central promover maior alinhamento institucional entre as pastas, diante dos entraves para a construção de uma proposta de regulamentação federal da Política.



O Deputado Pedro Campos conduziu a reunião com foco na indução de avanços concretos, reforçando a necessidade de priorização política do tema e de maior integração entre as pastas envolvidas. Pelo Poder Legislativo, também esteve presente a Deputada Tabata Amaral, presidente da Frente Parlamentar da Educação e secretária-geral da FPSM. Pelo Poder Executivo, participaram, pelo Ministério da Saúde, Marcelo Kimati (Diretor do DESMAD/SAES) e Vinícius Vieira (Coordenador-Geral de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes do DESMAD/SAES), além de Kátia Souto, representando a SAPS/Departamento de Saúde da Família. Pelo Ministério da Educação, estiveram presentes Tereza Farias (Diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica) e Daiane Lopes (Coordenadora de Estratégia de Educação Básica).

A reunião representou um avanço relevante na articulação interministerial. Ainda assim, o encontro evidenciou a necessidade de acelerar a formalização de um Grupo de Trabalho interministerial, com o objetivo de estruturar e viabilizar a publicação de um ato administrativo que regule a Política.

O Deputado Pedro Campos se comprometeu a realizar as articulações diretas junto aos Ministros para destravar a agenda e garantir prioridade política ao tema. A previsão é a realização de uma nova reunião interministerial no prazo de até 60 dias, com expectativa de avanços mais concretos na regulamentação.





Conferência Nacional de Saúde

O documento orientador da 18ª Conferência Nacional de Saúde reconhece a saúde mental como dimensão transversal do direito à saúde, diretamente afetada por determinantes sociais, econômicos e ambientais. Defende que o fortalecimento do SUS exige enfrentar fatores estruturais que produzem sofrimento psíquico, como desigualdades, violência, precarização do trabalho e crises socioambientais. No campo do financiamento, propõe a taxação de atividades com impactos negativos à saúde, como apostas (bets), álcool e tabaco, destacando que essas práticas aumentam a demanda por cuidados em saúde mental e devem contribuir para o financiamento do SUS. Em relação às mudanças climáticas, aponta que eventos extremos agravam o sofrimento psíquico, especialmente em populações vulneráveis, e recomenda o monitoramento territorializado de transtornos mentais associados ao contexto ambiental. No modelo de atenção, reforça a centralidade da atenção psicossocial integrada às Redes de Atenção à Saúde, com fortalecimento da Atenção Primária e recomposição de equipes multiprofissionais. Critica a medicalização excessiva e a "patologização da vida", defendendo abordagens baseadas em qualidade de vida, cuidado em liberdade e determinantes sociais da saúde mental. Por fim, defende modelos de gestão comprometidos com a integralidade do cuidado, a participação social e a proteção do SUS como política pública orientada ao bem-estar coletivo.



Enfrentamento do Femicídio

O Governo Federal anunciou a oferta de teleatendimento em saúde mental pelo SUS voltado a mulheres em situação de violência, com potencial de alcançar até 4,7 milhões de atendimentos anuais no âmbito do Pacto Brasil entre os Três Poderes de Enfrentamento do Femicídio. A iniciativa terá início em Recife e no Rio de Janeiro, com expansão gradual até junho, permitindo acesso por meio da rede de proteção, Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou pelo aplicativo Meu SUS Digital, integrando o cuidado psicológico remoto a atendimentos presenciais.



saúde mental em pauta

A estratégia também inclui outras ações de cuidado integral, como reconstrução dentária, a realização de um mutirão nacional de saúde da mulher (21 e 22 de março), com oferta de exames e cirurgias, além da ampliação de iniciativas como carretas itinerantes e a disponibilização de implantes subdérmicos em hospitais universitários.



Telessaúde

Os atendimentos psicológicos passaram a representar **77% das teleconsultas** realizadas no Hospital Universitário de Santa Maria em 2025, evidenciando o papel central da saúde mental no cuidado integral, especialmente entre pacientes em tratamentos complexos. Impulsionada pela pandemia, a telessaúde cresceu significativamente no Brasil, de cerca de 200 mil atendimentos em 2020 para 3,1 milhões em 2025, ampliando o acesso a serviços, reduzindo deslocamentos e facilitando o acompanhamento contínuo. Especialistas apontam que fatores como aumento da ansiedade, maior conscientização sobre saúde mental e a praticidade do atendimento remoto explicam a alta demanda, além de destacarem que o suporte psicológico contribui para melhor adesão e resultados clínicos, sem prejuízo na qualidade do vínculo terapêutico.



Profissionais de Segurança Pública

O Ministério da Justiça e Segurança Pública instituiu, por meio da Portaria nº 1.133, de 18 de março de 2026, um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da Diretriz Nacional de Promoção da Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública. A medida foi publicada no Diário Oficial da União em 19 de março e integra os esforços do governo federal para estruturar ações voltadas ao cuidado e à prevenção de agravos à saúde mental nesse segmento. O grupo terá como atribuição principal propor diretrizes nacionais que orientem políticas, programas e práticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental de policiais, bombeiros e demais profissionais da segurança pública.



saúde mental em pauta

A iniciativa reconhece os impactos das condições de trabalho sobre o bem-estar psicológico desses trabalhadores, frequentemente expostos a situações de estresse elevado, violência e risco. A criação do Grupo de Trabalho sinaliza um avanço na agenda de saúde mental no campo da segurança pública, ao buscar consolidar parâmetros nacionais e fomentar a articulação entre diferentes órgãos e níveis de governo na construção de estratégias de cuidado mais estruturadas e permanentes.

Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar do IBGE (PeNSE)

A pesquisa realizada com mais de 118 mil estudantes de 13 a 17 anos, acendeu alerta para a saúde mental entre adolescentes. Cerca de 30% dos entrevistados relataram tristeza frequente, proporção semelhante declara vontade de se machucar de propósito e índices elevados de nervosismo, irritação e sensação de que a vida não vale a pena. Os dados também mostram que menos da metade das escolas oferece suporte psicológico, proporção que sobe para 58% na rede privada. A pesquisa relata que meninas apresentam níveis mais altos de sofrimento emocional, indicando um ambiente de vulnerabilidade crescente e necessidade de respostas estruturadas de acolhimento e cuidado.

Pesquisa Nacional de Saúde Mental (PNSM-Brasil)

O Ministério da Saúde (MS) iniciou a etapa nacional de coleta de dados da Pesquisa Nacional de Saúde Mental (PNSM-Brasil). É o primeiro grande estudo de base populacional dedicado exclusivamente a compreender a situação da saúde mental da população adulta brasileira. A iniciativa foi anunciada pela Pasta em janeiro deste ano, quando a etapa piloto da pesquisa começou a ser realizada em oito municípios. Esse é um estudo inédito de base populacional que vai mapear a ocorrência de transtornos mentais e o acesso aos serviços de saúde em todo o país.



Estamos de olho

Apresentado em outubro de 2024 pelo Deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA), o **Projeto de Lei nº 4183/2024**, que tramita apensado ao **PL nº 1822/2024**, e, inicialmente, estava sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, em regime ordinário. Os dois projetos tratam de internação de crianças e adolescentes. Em 25 de fevereiro de 2025, foi protocolado o **Requerimento nº 662/2025**, solicitando urgência para a matéria, que foi aprovada em plenário em 3 de março de 2026, alterando seu regime de tramitação. Na sequência, em 4 de março de 2026, foi designado como relator o Deputado Dr. Fernando Máximo (UNIÃO-RO), no âmbito do PL ao qual a proposição está apensada, passando a matéria à apreciação do Plenário.



Radare FPSM

Apostas Online

Correio Brasiliense: Apostas online e risco à saúde mental. Lucros bilionários das apostas contrastam com prejuízos sociais, que atingem principalmente famílias e jovens endividados e expostos ao vício. Diante do avanço da ludopatia, o SUS amplia o teleatendimento, com suporte seguro e confidencial.

Portal Wemeds: Apostas online: crescimento das "bets" acende alerta para saúde mental e mobiliza o SUS.

Estado de Minas: SUS inicia teleatendimento gratuito para quem tem compulsão por bets. Consultas realizadas por vídeo duram em média 45 minutos e fazem parte de ciclos estruturados de cuidado, que podem incluir até 13 consultas por paciente.

Inteligência Artificial

Política & Poder: Câmara aprova regulação de IA no trabalho para proteger saúde mental. Projeto altera CLT para exigir transparência em algoritmos e incluir negociação coletiva com sindicatos contra impactos da automação.

Medicina S/A: Agentes de IA e interoperabilidade de dados redesenham a saúde.

Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental FPSM

frentedasaudemental.com.br

[@frentedasaudemental](https://www.instagram.com/frentedasaudemental)

frentedasaudemental@gmail.com

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde IEPS

secretaria executiva da FPSM

ieps.org.br

[@iepsoficial](https://www.instagram.com/iepsoficial)